

6. EFEITOS DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

6.1 Considerações Metodológicas

A Proposta em análise consiste na alteração dos artigos 20.º, 21.º e 22.º do Regulamento do PDM de modo a, por um lado, enquadrar do ponto de vista regulamentar atividades industriais já existentes, caso da Fábrica de Papel do Ulme e da SOBRITAS, e de um espaço industrial já existente que se pretende reativar e revitalizar, caso da zona industrial das antigas cerâmicas do Ulme, e, por outro, viabilizar a instalação de atividades conexas e complementares à atividade agrícola e silvícola, com exigências de espaço elevadas, não compagináveis com os limites de edificabilidade atualmente em vigor.

Seguidamente desenvolve-se a avaliação estratégica dos efeitos decorrentes da Proposta em função de cada um dos Fatores Críticos para a Decisão e respetivos critérios considerados na presente AAE, tendo como base os objetivos de sustentabilidade que lhe estão associados.

A avaliação é apresentada em relação às três ações que estruturam a Proposta de Alteração, a saber:

- **Ação 1** – Alteração do art.º 20.º - Espaços Industriais, de modo a permitir a instalação de atividades industriais do tipo 1, 2 ou 3 na área da Fábrica de Papel do Ulme e na zona industrial das antigas cerâmicas do Ulme;
- **Ação 2** – Alteração do art.º 21.º - Espaços Agrícolas, no que respeita ao limite de edificabilidade, de modo a viabilizar a instalação de atividades conexas e complementares à atividade agrícola com necessidades de área superiores ao atual limite edificatório;
- **Ação 3** – Alteração do art.º 22.º - Espaços Florestais, de modo a definir territorialmente uma área para a atividade de extração de inertes, que corresponde à área atual e de expansão da SOBRITAS, e, também, à semelhança do que se propõe para os Espaços Agrícolas, ampliar o limite de edificabilidade vigente, abrindo espaço à instalação de atividades complementares com maiores exigências de área.

Foi adotada a seguinte simbologia para expressar os diferentes graus de impacto ambiental estratégico nos fatores de avaliação:

- Risco elevado;
- Risco moderado;
- Risco baixo;
- + - Neutro;
- + Oportunidade baixa;
- ++ Oportunidade moderada;
- +++ Oportunidade elevada.

6.2 Oportunidades e Riscos

6.2.1 Ação 1 – Alteração do art.º 20.º

A ação 1 da Proposta objetiva o enquadramento regulamentar da Fábrica de Papel do Ulme, existente e em laboração.

Este estabelecimento industrial, do tipo 1, dispõe das exigíveis licenças, nos termos do respetivo regime legal de licenciamento, bem como foi sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental e procedimento de Licenciamento Ambiental ao abrigo do regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição, na sequência dos quais foi emitida Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada e Licença Ambiental, respetivamente.

A ação 1 integra ainda a alteração regulamentar necessária ao estabelecimento de indústrias do tipo 1, 2 e 3 na zona industrial das antigas cerâmicas do Ulme.

6.2.1.1 FCD Qualidade Ambiental

A atividade industrial implica na maior parte das situações afetações, em maior ou menor grau, do estado do ambiente, resultantes da exploração dos recursos (hídricos, ocupação de solo) e da emissão de poluentes (efluentes líquidos, emissões gasosas, ruído).

Recursos hídricos

No caso da Fábrica de Papel do Ulme, trata-se da reativação de uma antiga unidade de fabrico de papel, construída em 1958. A avaliação ambiental da atual instalação realizada em sede de AIA concluiu que o nível global de impacte negativo é reduzido, não sendo significativos os fatores de pressão sobre as massas de água subterrâneas e superficiais.

A instalação cumpre as Melhores Técnicas Disponíveis (MTDs) estabelecidas para a Pasta e Papel (BREF *Pulper & Paper Industry*), designadamente, dispõe de sistemas de tratamento internos que lhe permite recuperar as águas de processo e assim reduzir o consumo de água fresca, bem como também uma unidade de tratamento terminal das águas residuais não aproveitadas, que possibilita compatibilizar a qualidade do efluente final com as normas de descarga que estão impostas à unidade industrial, na qualidade de instalação PCIP.

Resíduos

A atividade da Fábrica de Papel do Ulme compreende, concomitantemente, uma operação de gestão de resíduos, no caso, a valorização material de papel usado e resíduos fibrosos, pelo que é importante salientar o seu contributo positivo para a adequada gestão dos mesmos no país, em linha com o novo quadro jurídico em vigor.

O Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, que transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008, veio estabelecer uma nova hierarquia para a gestão dos resíduos, definindo cinco níveis distintos de intervenção: Prevenção e redução; Preparação para a reutilização; Reciclagem; Outros tipos de valorização (por exemplo, energética); e Eliminação. Assim, “a prevenção da produção de resíduos deverá constituir a primeira prioridade da gestão de resíduos” e “a reutilização e a

reciclagem de materiais deverão ter prioridade em relação à valorização energética dos resíduos, desde que constituam as melhores opções do ponto de vista ecológico”.

Por seu lado, o projeto de Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2014-2020, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, de 16 de Março), documento orientador da política nacional de resíduos para o horizonte de 2020, assenta a sua visão na “promoção da prevenção e gestão de resíduos integradas no ciclo de vida dos produtos, centradas numa economia tendencialmente circular e que garantam uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais”, sendo objetivo “contribuir para uma economia tendencialmente circular, em que os bens e produtos que não se adequam aos seus detentores/produtores possam, tanto quanto for económica e tecnologicamente viável, ser processados pelo sistema económico com vista a serem incorporados em novos bens e produtos. Deste modo, minimiza-se o consumo de novas matérias-primas e reduz-se a pressão sobre o ambiente”.

O recentemente publicado Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos – PERSU 2020 articula esta visão para a gestão dos resíduos urbanos, dando corpo a uma abordagem que privilegia a continuidade do ciclo de vida dos materiais, de forma a minimizar o consumo dos recursos materiais e energéticos e travar a progressão da produção de resíduos e a sua deposição em aterro. Este documento define metas globais estabelecidas para 2020 de i) reduzir de 63% para 35% a deposição em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis, relativamente ao ano de referência 1995; ii) aumentar de 24% para 50% a taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem; iii) assegurar níveis de recolha seletiva de 47 kg/habitante/ano.

Relativamente à gestão de embalagens e resíduos de embalagens, o PERSU 2020 assume metas mais ambiciosas do que as estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 92/2006, de 25 de Maio, para a reciclagem de resíduos de embalagens, definindo uma meta mínima de reciclagem de resíduos de embalagens de 70% em peso.

De acordo com dados da sociedade Ponto Verde, entidade responsável pelo sistema de gestão de resíduos de embalagem (fluxo urbano), em 2013 foram retomadas 316 219 toneladas de embalagens de papel e cartão, correspondendo a uma taxa de retoma de 92%, acima da meta definida para este tipo de fluxo. A este quantitativo acrescem os valores relativos ao fluxo não urbano, ou seja, o correspondente à atividade de grandes produtores (indústria, retalho, impressão e edição), perfazendo-se um total de aproximadamente 515 mil toneladas (Boletim Estatístico do Papel e Cartão, Recipac⁵, 2013).

De acordo com esta última fonte, em 2013, as taxas de reciclagem e de reutilização de embalagens de papel e cartão atingiram 73% e 63%, respetivamente, tendo sido exportadas 216 000 toneladas no mesmo período, que não tiveram enquadramento nos sistemas de gestão nacionais.

⁵ RECIPAC - Associação Nacional de Recuperação e Reciclagem de Papel e Cartão (agrega as associações que representam toda a cadeia do material papel e cartão: AEPSA, AFCAL, ANIPC, APIGRAF e CELPA)

Quando se considera a fileira papel e cartão, a Recipac indica que em 2013 foram recuperadas 749 mil toneladas (origem urbana e não urbana), tendo sido recicladas pelas fábricas de papel portuguesas 371 mil toneladas, o que significa uma taxa de utilização reduzida, de cerca de 17%, porquanto a maior fatia foi encaminhada para exportação (401 mil toneladas, em 2013).

Assim, a Fábrica de Papel do Ulme, que tem uma capacidade instalada de processamento de 65700 toneladas por ano de resíduos de embalagem de papel e cartão na produção de embalagens de papel reciclado, operacionaliza de forma expressiva o cumprimento das metas definidas no PERSU 2020 relativas à reciclagem de resíduos de embalagem.

Acresce que, sendo os resíduos de embalagem uma parte significativa dos resíduos urbanos, com um elevado potencial de reciclabilidade, são um elemento chave para o cumprimento da meta de preparação/reutilização e reciclagem definida para os resíduos urbanos em 2020.

Também, a atividade desta unidade industrial dá corpo aos princípios enunciados na estratégia nacional para os resíduos, ao possibilitar o uso mais prolongado dos resíduos de papel e cartão, reduzindo a entrada de novas matérias-primas no ciclo económico.

Emissões gasosas

Quanto às emissões gasosas, a Fábrica de Papel do Ulme utiliza gás natural na produção da energia térmica necessária ao processo, que é uma forma de energia menos poluente, com emissões reduzidas de compostos de enxofre e partículas. A avaliação efetuada no âmbito do EIA conclui que os impactes na qualidade do ar desta unidade são baixos.

Sistemas de gestão

De acordo com o Regulamento do PDM, as águas residuais não domésticas produzidas nas instalações ou são tratadas até níveis compatíveis com os normativos exigíveis à descarga em meio hídrico ou são pré-tratadas nas instalações e trasfegadas para afinação e descarga final numa das ETAR do concelho ou nos CIRVER, consoante as suas características constitutivas. As águas residuais domésticas são recolhidas pela Câmara Municipal e enviadas para um dos sistemas de tratamento camarários disponíveis.

Quanto aos resíduos industriais, o concelho está dotado de excelentes infraestruturas neste domínio, dispondo de unidades para tratamento e confinamento final dos resíduos não perigosos, perigosos e urbanos, com adequabilidade e capacidade para absorver a procura pelo que estão asseguradas as condições para uma forte sustentabilidade ambiental da Proposta nesta vertente.

6.2.1.2 FCD Desenvolvimento económico e social

A estratégia delineada pela Câmara Municipal da Chamusca para o desenvolvimento económico e social do concelho assenta, entre outros vetores de atuação, na dinamização do sector industrial, pelo seu elevado potencial de criação de emprego, fixação de população, qualificação de recursos humanos e geração de riqueza.

Com efeito, a Fábrica de Papel do Ulme assegura, em ano cruzeiro, um volume de vendas de aproximadamente 15 000 000 €, o que representa cerca de 9% do volume de negócios apurado para o concelho da Chamusca em 2013. Por outro lado, a reativação da unidade implicou um valor de investimento da ordem de 3,32 milhões de euros, já inteiramente realizado.

Os valores em jogo evidenciam o contributo desta unidade industrial para a criação de riqueza e, consequentemente, para o desenvolvimento económico e social do concelho da Chamusca e da região onde se insere.

A Fábrica de Papel do Ulme intervém, igualmente, nos fatores de desenvolvimento social do concelho da Chamusca, tendo criado 27 novos postos de trabalho diretos, que representam um acréscimo de cerca de 2% no número de trabalhadores por conta de outrem do concelho. Para além dos postos de trabalho direto, há a considerar o emprego indireto, ligado às atividades conexas, a jusante e a montante. Os novos postos e trabalho contribuíram seguramente para reduzir a taxa de desemprego local e fixar a população.

Por outro lado, a Fábrica de Papel do Ulme, através da sua política de formação profissional dos trabalhadores promove a qualificação dos recursos humanos e a criação de novas competências, fatores fundamentais para o desenvolvimento social e económico do concelho da Chamusca.

Em relação à zona industrial das antigas cerâmicas do Ulme, pese embora ser esta ainda uma área industrial em projeto, contribuirá seguramente para ampliar as oportunidades de crescimento económico, coesão social e atratividade territorial para o concelho da chamusca.

6.2.1.3 FCD Dinâmica Territorial

A reativação da Fábrica de Papel do Ulme, assim como a recuperação do espaço ocupado pelas antigas cerâmicas do Ulme para ampliação da oferta de área para localização industrial no concelho, constitui uma opção estratégica muito positiva, com reflexos importantes ao nível da ocupação e uso do solo, designadamente:

- Contenção do edificado em área onde atualmente já se verifica esse tipo de ocupação;
- Minimização da impermeabilização do solo;
- Minimização do consumo do recurso do solo.

6.2.1.4 FCD Riscos naturais, ambientais e tecnológicos

A Fábrica de Papel do Ulme não está abrangida pelo regime da Prevenção de Acidentes Graves envolvendo substâncias perigosas (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de Agosto).

Por outro lado, tomando por base a Análise de Risco apresentada no EIA respetivo (Biota/Tecinvest, 2013), em caso de acidentes implicando a ocorrência de incêndio, os efeitos ficarão circunscritos ao interior da instalação industrial, dado que os meios de segurança disponíveis na instalação permitem uma atuação rápida e eficaz.

Acresce que, quer a fábrica, quer a zona envolvente da instalação (maioritariamente com montado de sobro) estão classificados no PMDFCI como de perigosidade média e risco de incêndio baixo, o mesmo acontecendo com a zona das antigas cerâmicas do Ulme.

Por outro lado, as captações de água e respetivo reservatório da Fábrica de Papel do Ulme são pontos de água a acrescentar à rede de pontos de água estratégicos para combate aos incêndios, podendo a instalação, desta perspetiva, constituir um contributo positivo para a defesa da floresta contra incêndios. Também, os meios e recursos de combate a incêndios disponíveis nas instalações poderão reforçar os dispositivos existentes, designadamente os de primeira intervenção, no controlo da propagação dos incêndios florestais na envolvente.

Quanto ao risco de cheia, a instalação industrial situa-se muito próximo de zona adjacente da ribeira de Ulme, mas, de acordo com o EIA, situa-se fora da linha de máxima cheia (T=100 anos), pelo que deste ponto de vista a instalação não potenciará nem será afetada por ocorrências desta natureza (sempre que o respetivo período de recorrência seja inferior ao referido).

6.2.1.5 Síntese conclusiva

O Quadro 6.1 exprime o resultado da avaliação em termos de oportunidades e riscos para a ação 1 da Proposta de Alteração.

6.2.2 Ação 2 - Alteração do art.º 21.º - Espaços Agrícolas

Propõe-se a alteração do n.º 5 do art.º 21.º do Regulamento do PDM em vigor, passando a vigorar a seguinte redação:

...

5 - A construção de novos edifícios nos espaços agrícolas fica sujeita às seguintes condições gerais:

a) (eliminado)

a) Altura máxima dos edifícios: 6,5 m

Número máximo de pisos:

- Habitação ou outros usos: 2 pisos;

- Instalações agrícolas: um piso.

Excetuam-se os silos, depósitos de água e instalações especiais, tecnicamente justificadas;

b) O índice máximo de construção (relação entre a área bruta construída e a área da propriedade) será de 15%, com o máximo de 2 500 m², não podendo a habitação exceder um máximo de 250 m².

Quadro 6.1 – Oportunidades e Riscos da Proposta de Alteração – Ação 1

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Oportunidades/Riscos
Qualidade ambiental	✓ Massas de água superficiais e subterrâneas e solos	• Áreas classificadas na perspetiva dos recursos hídricos	+-
		• Disponibilidades hídricas	+-
		• Estado químico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas	-
		• Consumo de água por sector de atividade	-
		• Produção de águas residuais por sector de atividade	-
		• Sistemas de gestão das águas residuais e condições de funcionamento	+-
		• Produção de resíduos por sector de atividade	++
		• Sistemas de gestão de resíduos, incluindo os provenientes das atividades agroindustriais e agropecuárias	++
	✓ Ar	• Índice de qualidade do ar	-
		• Emissões gasosas, incluindo os GEE	-
• Emissões de odores		-	
Desenvolvimento económico e social	✓ Coesão social	• Variação demográfica	++
		• Estrutura etária	++
		• Índice de envelhecimento	++
		• Emprego segundo o nível de escolaridade	++
		• Investimento na qualificação dos recursos humano	++
	✓ Coesão económica	• População empregada por sector de atividade	++
		• Taxa de desemprego	++
		• N.º de empresas criadas por sector e ramo de atividade	++
	✓ Dinâmica das atividades económicas	• Dimensão das empresas	++
		• Produção pecuária	+-
		• Produção agroindustrial	+-
		• Evolução do investimento por sector de atividade	+++
		• Evolução do VAB por sector de atividade	+++
Dinâmica territorial	✓ Ocupação e uso do solo	• Evolução da ocupação do solo. Solo rural vs solo urbano	++
		• Edificação e edificabilidade	++
	✓ Diversidade e pluriatividade da atividade agrícola	• Atividades lucrativas não agrícolas nas explorações	+-
		• Oferta de produtos de base local/ofícios e microempresas	+-
	✓ Valorização do território rural	• Oferta de produtos de lazer e turísticos	+-
• Património arquitetónico, arqueológico e etnográfico		+-	
Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos		✓ Suscetibilidade à ocorrência de incêndios e inundações/cheias	• Áreas percorridas por incêndios
	• Ocorrências de cheias e inundações		+-
	✓ Perigosidade dos processos tecnológicos (grau de risco dos estabelecimentos)	• Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas (Decreto-Lei n.º 254/2007)	+
		• Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)	

Admite-se fora das áreas aluvionares, em casos excecionais e de reconhecido interesse municipal:

- i) uma edificabilidade máxima de 30 000 m² para as unidades agropecuárias e pecuárias, em áreas superiores a 10 hectares;
 - ii) um índice máximo de construção de 15% para os armazéns de apoio à atividade agrícola, agropecuárias e pecuária, em áreas inferiores a 1 hectare;
 - iii) um índice máximo de construção de 30% para os armazéns de apoio à atividade agrícola, agropecuárias e pecuária, em áreas superiores a 1 hectare;
 - iv) Os proprietários dos terrenos ficam responsabilizados pela construção e manutenção das infraestruturas de acesso à sua propriedade, nomeadamente abastecimento de água, saneamento, eletricidade e telecomunicações.
- c) ...
- d) No âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios, a edificação fica condicionada ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em vigor.
-

De um modo geral, os objetivos estratégicos desta proposta de alteração visam, de acordo com o respetivo relatório de fundamentação, criar um quadro regulamentar favorável à diversificação da atividade agrícola e modernização das instalações de agropecuária existentes, contribuindo, assim, para a consolidação da base económica concelhia, reversão dos processos de desertificação humana e aumento da atratividade do território.

A estratégia que se consubstancia na alteração do limite edificatório em espaços agrícolas irá criar oportunidades para a dinamização de atividade conexas, que permitirão criar valor acrescentado económico e contribuir para a coesão económica, social e territorial do concelho da Chamusca.

Por outro lado, importa fazer notar que a aposta no sector agropecuário e agroindustrial, sem que esteja associada uma noção de capacidade de carga, pode levar à concentração de instalações num espaço territorial relativamente contido, potenciando níveis de artificialização e impermeabilização indesejáveis, perda do carácter rural do território e aumento da pressão sobre os meios ambientais, especialmente da qualidade das massas de água, solo e ar.

Os sectores agropecuário e agroindustrial, em particular, são atividades geradoras de fortes pressões sobre os fatores ambientais já referidos, criando uma procura adicional por sistemas de valorização e tratamento, e, eventualmente, obrigando à necessidade de equacionar soluções integradas para a gestão dos efluentes deste tipo de atividade.

Por outro lado, a ocupação dos espaços agrícolas por estruturas edificadas, ainda que balizadas por regulamentação própria, implicam necessariamente uma menor valia (ou mesmo perda) no que à disponibilidade ou valor do recurso se refere, o solo com capacidade agrológica no caso vertente.

Trata-se de situações que carecerem de uma devida e acautelada implementação, pois podem pôr em risco a sustentabilidade da região, devendo ser devidamente ponderados com o papel de alavanca que a plurifuncionalidade dos espaços agrícolas podem ter no desenvolvimento económico e social das regiões.

O ajustamento dos parâmetros urbanísticos desta classe de espaço levado a cabo em sede de conferência procedimental, com exclusão das áreas aluvionares do concelho e a análise caso a caso das exceções aos limites edificatórios, permitiu uma melhor integração dos aspetos ambientais desta proposta de alteração.

Quanto aos riscos naturais, ambientais e tecnológicos, a proposta de alteração do artigo 21.º do Regulamento do PDM, não comporta modificações com relevo no grau de risco atualmente prevalecente no concelho, dada a natureza (de baixo risco tecnológico) das atividades que se pretende dinamizar, desde que salvaguardado o estrito cumprimento do PMDFCI e a exclusão de edificação em áreas condicionadas, designadamente, entre outras, as que podem potenciar os efeitos da ocorrência de cheias ou inundações.

No Quadro 6.2 exprimem-se as oportunidades e riscos associados à alteração do artigo 21.º do Regulamento do PDM em vigor, por FCD.

6.2.3 Ação 3 – Alteração ao art.º 22.º - Espaços Florestais

O PDM em vigor não contempla um zonamento espacial específico para a atividade extrativa, englobando-a, do ponto de vista regulamentar, na categoria dos Espaços Industriais.

A presente Proposta pretende definir uma área exclusiva para a atividade extrativa, no espaço atualmente ocupado pela unidade (areeiro) da SOBRITAS e respetiva área de ampliação, que se localizam no lugar de Gouxaria, freguesia de Carregueira.

Para o efeito, propõe-se a alteração da Carta de Ordenamento do PDM em vigor, como consta na Figura 3.2, já apresentada. Concomitantemente, prevê-se alterar o articulado do art.º 22.º – Espaços Florestais, de modo a permitir o estabelecimento deste tipo de atividade nesta classe de espaço, atualmente interdito, na área em questão.

A ampliação da pedreira, relativa a uma área de 67 190 m², foi objeto de Avaliação de Impacte Ambiental no âmbito do procedimento de licenciamento da mesma, tendo sido emitido, em sequência, a correspondente Declaração de Impacte Ambiental, favorável, mas condicionada à alteração do PDM da Chamusca, de modo a prever-se e regulamentar-se a atividade extrativa nas classes de espaço ocupadas pelo estabelecimento.

A área a ocupar pela unidade extrativa está inserida em Espaços Naturais e Culturais - área de Reserva Ecológica Nacional (REN) e numa pequena zona em Espaços Florestais, Áreas Florestais.

Quadro 6.2 – Oportunidades e Riscos da Proposta de Alteração – ação 2

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Oportunidades/Riscos
Qualidade ambiental	✓ Massas de água superficiais e subterrâneas e solos	• Áreas classificadas na perspetiva dos recursos hídricos	--
		• Disponibilidades hídricas	--
		• Estado químico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas	--
		• Consumo de água por sector de atividade	--
		• Produção de águas residuais por sector de atividade	--
		• Sistemas de gestão das águas residuais e condições de funcionamento	--
		• Produção de resíduos por sector de atividade	--
		• Sistemas de gestão de resíduos, incluindo os provenientes das atividades agroindustriais e agropecuárias	--
	✓ Ar	• Índice de qualidade do ar	-
		• Emissões gasosas, incluindo os GEE	--
		• Emissões de odores	--
Desenvolvimento económico e social	✓ Coesão social	• Variação demográfica	++
		• Estrutura etária	++
		• Índice de envelhecimento	++
		• Emprego segundo o nível de escolaridade	++
	✓ Coesão económica	• Investimento na qualificação dos recursos humano	++
		• População empregada por sector de atividade	++
		• Taxa de desemprego	++
	✓ Dinâmica das atividades económicas	• N.º de empresas criadas por sector e ramo de atividade	++
		• Dimensão das empresas	++
		• Produção pecuária	++
		• Produção agroindustrial	++
		• Evolução do investimento por sector de atividade	++
Dinâmica territorial	✓ Ocupação e uso do solo	• Evolução da ocupação do solo. Solo rural vs solo urbano	--
		• Edificação e edificabilidade	--
	✓ Diversidade e pluriatividade da atividade agrícola	• Atividades lucrativas não agrícolas nas explorações	++
	✓ Valorização do território rural	• Oferta de produtos de base local/ofícios e microempresas	++
		• Oferta de produtos de lazer e turísticos	++
		• Património arquitetónico, arqueológico e etnográfico	+
Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos	✓ Suscetibilidade à ocorrência de incêndios e inundações/cheias	• Áreas percorridas por incêndios	+-
	✓	• Ocorrências de inundações e cheias	+-
	✓ Perigosidade dos processos tecnológicos (grau de risco dos estabelecimentos)	• Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas (Decreto-Lei n.º 254/2007)	+-
		• Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)	

Relativamente à área inserida na REN, o regulamento do PDM de Chamusca prevê a compatibilidade da ocupação destas áreas pela indústria extrativa (alteração por adaptação ao PDM, publicada no Diário da República, II.^a série, sob o aviso n.º 11837/2009, de 3 de Julho de 2009), estando este uso regulamentado no PDM de Chamusca através do Aviso n.º 13639/2012 de 12 de Outubro e Declaração de Retificação n.º 612/2013, de 22 de Maio.

No que respeita aos Espaços Florestais, a presente Proposta possibilitará regularização da pretensão da SOBRITAS a nível dos instrumentos de gestão territorial, viabilizando a continuidade da atividade desta empresa.

De acordo com o EIA da instalação (Workview, 2011), a viabilização da atividade da SOBRITAS possibilitará a manutenção dos postos de trabalhos atuais, contribuindo para o desenvolvimento das atividades económicas associadas e o consequente desenvolvimento regional e local.

Ainda de acordo com o EIA referido, o funcionamento da pedreira, após ampliação, não emitirá partículas suscetíveis de produzir alterações nos níveis de concentração junto dos recetores sensíveis mais próximos em desconformidade com os normativos legais.

Assinala-se ainda a oportunidade de confinar territorialmente este tipo de atividade a uma área do território que apresenta as condições geológicas adequadas para o efeito, evitando pressões sobre outras áreas eventualmente mais sensíveis do ponto de vista da conservação da natureza e biodiversidade.

A Proposta de Alteração em apreço considera ainda a alteração do regime edificatório nesta classe de espaço, permitindo, à semelhança do que se propõe para os Espaços Agrícolas, um maior limite edificatório, em casos excecionais de relevante interesse municipal e desde que fora das áreas aluvionares do concelho. Sobre os riscos e oportunidades desta alteração em particular aplicam-se as considerações apresentadas no ponto 6.2.2.

No Quadro 6.3 listam-se as oportunidades e riscos para a alteração regulamentar do artigo 22.º do Regulamento do PDM.

Quadro 6.3 – Oportunidades e Riscos da Proposta de Alteração – Ação 3

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Oportunidades/Riscos
Qualidade ambiental	✓ Massas de água superficiais e subterrâneas e solos	• Áreas classificadas na perspetiva dos recursos hídricos	--
		• Disponibilidades hídricas	--
		• Estado químico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas	--
		• Consumo de água por sector de atividade	--
		• Produção de águas residuais por sector de atividade	--
		• Sistemas de gestão das águas residuais e condições de funcionamento	--
		• Produção de resíduos por sector de atividade	--
		• Sistemas de gestão de resíduos, incluindo os provenientes das atividades agroindustriais e agropecuárias	--
	✓ Ar	• Índice de qualidade do ar	-
		• Emissões gasosas, incluindo os GEE	--
		• Emissões de odores	--
Desenvolvimento económico e social	✓ Coesão social	• Variação demográfica	++
		• Estrutura etária	++
		• Índice de envelhecimento	++
		• Emprego segundo o nível de escolaridade	++
		• Investimento na qualificação dos recursos humano	++
	✓ Coesão económica	• População empregada por sector de atividade	++
		• Taxa de desemprego	++
	✓ Dinâmica das atividades económicas	• N.º de empresas criadas por sector e ramo de atividade	++
		• Dimensão das empresas	++
		• Produção pecuária	++
		• Produção agroindustrial	++
		• Evolução do investimento por sector de atividade	++
		• Evolução do VAB por sector de atividade	++
Dinâmica territorial	✓ Ocupação e uso do solo	• Evolução da ocupação do solo. Solo rural vs solo urbano	--
		• Edificação e edificabilidade	--
	✓ Diversidade e pluriatividade da atividade agrícola	• Atividades lucrativas não agrícolas nas explorações	+/-
	✓ Valorização do território rural	• Oferta de produtos de base local/ofícios e microempresas	+/-
		• Oferta de produtos de lazer e turísticos	+/-
		• Património arquitetónico, arqueológico e etnográfico	+/-
Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos	✓ Suscetibilidade à ocorrência de incêndios e cheias	• Áreas percorridas por incêndios	+/-
		• Ocorrências de inundações/cheias	+/-
	✓ Perigosidade dos processos tecnológicos (grau de risco dos estabelecimentos)	• Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas (Decreto-Lei n.º 254/2007)	+/-
		• Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)	

7. DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para melhorar a sustentabilidade ambiental da Proposta de Alteração, sendo apresentados por FCD como se descreve abaixo.

FCD Qualidade Ambiental

Assegurar que os novos estabelecimentos industriais incorporam as soluções tecnológicas e organizativas mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental.

Assegurar a sustentabilidade cumulativa da expansão das atividades pecuárias e agroindustriais, nomeadamente em relação à capacidade de carga dos meios ambientais (água, solo e ar) e dos sistemas de gestão de tratamento e valorização de efluentes.

Avaliar a necessidade da adoção de esquemas coletivos de recolha e tratamento de efluentes com valorização energética de materiais residuais.

No domínio das atividades de pecuária intensiva, condicionar a ocupação do território de modo a garantir um afastamento mínimo a aglomerados populacionais e a casas de habitação isoladas.

FCD Desenvolvimento económico e social

Promover a sensibilização dos investidores em relação à importância da contratação de mão-de-obra local, quer a nível dos postos de trabalho temporários, quer dos postos de trabalho permanentes, e da importância de serem promovidas as ações de formação necessárias ao adequado desempenho das funções requeridas.

FCD Valorização Territorial

Promover estratégias para diversificação das atividades no espaço rural, designadamente as artesanais, baseadas em saberes e ofícios tradicionais da região, ou ainda, na prestação de serviços de apoio ao turismo no espaço rural, como sejam, animação, transporte e guia, entre outros.

FCD Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos

O município da Chamusca dispõe de plano municipal de defesa da floresta contra incêndio, que define as ações de prevenção, a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Um bom ordenamento do território constitui-se como primeira medida de prevenção e mitigação do risco, através da regulação das áreas de risco, devendo ser dado estrito cumprimento ao disposto na legislação, designadamente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua atual redação.

No domínio da prevenção do risco de incêndio, será importante a sensibilização da população para a importância da manutenção das faixas de gestão de combustível, bem como para a relevância da sua colaboração no sistema de alerta e aviso.

A ocupação de zonas inundáveis e/ou ameaçadas por cheia, o aumento da impermeabilização do solo e estrangulamento de linhas de água ou redução da secção de vazão são aspetos prioritários a ter em consideração.

8. AVALIAÇÃO E CONTROLO

8.1 Monitorização

De acordo com a alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a avaliação ambiental deverá conter uma descrição das medidas de avaliação e controlo dos efeitos ambientais associados à implementação da alteração do PDM, numa perspectiva de monitorização, em conformidade com o artigo 11.º do mesmo diploma.

Com efeito, nos termos deste artigo, “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

Assim, a monitorização e controlo serão desenvolvidos tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental da Proposta de Alteração do PDM;
- Avaliar se a concretização da Proposta contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das diretrizes propostas, tendo em vista a identificação e correção atempada dos efeitos negativos imprevistos, e se justificável, a revisão dos mesmos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental da Proposta.

Dado que alguns dos projetos que concretizam a Proposta foram submetidos a procedimento de AIA, a proposta de monitorização e controlo que aqui se apresenta tem em devida conta as medidas e programa de monitorização já consignadas nas respetivas DIA.

Para efeitos de controlo, selecionaram-se os indicadores capazes de representar o afastamento ou aproximação aos objetivos de sustentabilidade pré-definidos e facilmente mensuráveis, fiáveis e reprodutíveis.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem ser adaptados, face aos resultados obtidos, ou à facilidade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados. As metas podem também ter que ser reajustadas devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

Nos quadros seguintes apresentam-se, por FCD, os indicadores de controlo, bem como a periodicidade do registo e a fonte de informação.

8.2 Medidas a Adotar na Sequência dos Resultados da Monitorização

Caso os resultados da monitorização apontem para um quadro ambiental divergente ou aquém dos objetivos de sustentabilidade definidos para a presente Avaliação Estratégica, deverão ser propostas diretrizes adicionais que reforcem os meios para atingir os fins pretendidos.

Deverá ser também analisada a necessidade de rever os indicadores de controlo acima definidos com vista a melhor definir a evolução do quadro ambiental em direção às metas desejáveis, como já referido.

8.3 Periodicidade da Avaliação e Controlo

A verificação das condições de implementação da Proposta de Alteração do PDM da Chamusca, quer no que respeita à concretização dos objetivos de sustentabilidade, quer em relação às diretrizes e efeitos esperados, será efetuada com periodicidade bianual.

Serão elaborados relatórios bianuais dando conta das questões acima referidas, que serão divulgados através de meios eletrónicos e enviados à APA, em conformidade com o n.º 3 do art.º 11 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Quadro 8.1 – Indicadores de monitorização e controlo para o FCD qualidade ambiental

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Métrica	Meta	Periodicidade	Fontes de Informação	
Qualidade ambiental	✓ Massas de superficiais subterrâneas e solos	água e e	✓ Consumo específico de água por sector de atividade (m³/unidade de produção do sector)	⇩	✓ Anual	✓ PRTR ✓ Águas do Ribatejo ✓ Câmara Municipal da Chamusca ✓ APA/SNIRH ✓ INE	
			✓ Áreas classificadas na perspetiva dos recursos hídricos	✓ Produção específica de águas residuais por sector de atividade (m³/unidade de produção do sector)			⇩
			✓ Disponibilidades hídricas	✓ Não conformidade com as normas de qualidade da água em função dos usos nos principais meios recetores das descargas das unidades industriais e outras (ribeira de Ulme, rio Tejo, ribeira das Fontainhas, ribeira do Chicharro) e			⇩
			✓ Estado químico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas	✓ Não conformidade com as normas de qualidade da água em função dos usos nas captações de água subterrânea destinadas a produzir água para consumo humano no concelho (n.º)			⇩
			✓ Consumo de água por sector de atividade	✓ Balanço de Azoto e Fósforo à superfície do solo (kg/ha)			⇩
			✓ Produção de águas residuais por sector de atividade	✓ Pontos de monitorização (águas subterrâneas e superficiais) com excedências dos teores de N e P para diferentes usos (%)			⇩
			✓ Sistemas de gestão das águas residuais e condições de funcionamento				
			✓ Produção de resíduos por sector de atividade	✓ Resíduos produzidos por sector de atividade económica (t)			⇩
			✓ Sistemas de gestão de resíduos, incluindo os provenientes das atividades agroindustriais e agropecuárias	✓ Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente			⇧
			✓ Ar				✓ Índice de qualidade do ar
	✓ Emissões gasosas, incluindo os GEE	✓ Emissões de GEE do subsector pecuário (kt CO ₂ eq)			⇩		
	✓ Emissões de odores	✓ Queixas por odores ofensivos provenientes de instalações agropecuárias ou agroindustriais (n.º)			⇩		

↑Aumento

↗Aumento sustentável

↓Redução

+Variação positiva

-Não se associa métrica ao indicador

Quadro 8.2 – Indicadores de monitorização e controlo para o FCD desenvolvimento económico

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Métrica	Meta	Periodicidade	Fontes de Informação
✓ Coesão social		✓ Variação demográfica	✓ Índice de envelhecimento	⇓	✓ Anual	✓ INE
		✓ Estrutura etária	✓ Estrutura etária	+		
✓ Coesão económica		✓ Índice de envelhecimento	✓ Variação demográfica	+	✓ Anual	✓ INE
		✓ Emprego segundo o nível de escolaridade	✓ Emprego segundo o nível de escolaridade	⇑		
✓ Coesão económica		✓ Estrutura etária	✓ População empregada (%)	⇑	✓ Anual	✓ INE
		✓ Investimento na qualificação dos recursos humano	✓ taxa de atividade por sector de atividade (%)	⇑		
✓ Dinâmica das atividades económicas		✓ População empregada por sector de atividade	✓ taxa de desemprego (%)	⇓	✓ Anual	✓ INE
		✓ Taxa de desemprego				
Desenvolvimento económico e social	✓ Dinâmica das atividades económicas	✓ N.º de empresas criadas por sector e ramo de atividade	✓ Empresas por sector de atividade (n.º)	⇑	✓ Anual	✓ INE
		✓ Dimensão das empresas	✓ Densidade de empresas (n.º/km2)	-		
Desenvolvimento económico e social		✓ Produção pecuária	✓ Pessoal ao serviço por empresa (n.º)	⇑	✓ Anual	✓ INE
		✓ Produção agroindustrial	✓ Efetivo animal e explorações agrícolas com efetivo animal (n.º)	⇑		
Desenvolvimento económico e social		✓ Evolução do investimento por sector de atividade	✓ Explorações agrícolas com atividade agroindustrial (n.º)	⇑	✓ Anual	✓ INE
		✓ Evolução do VAB por sector de atividade	✓ PIB municipal (M€)	⇑		
Desenvolvimento económico e social			✓ VAB municipal (M€)	⇑	✓ Anual	✓ INE

⇑Aumento

⇑Aumento sustentável

⇓Redução

+

.....Variação positiva

-Não se associa métrica ao indicador

Quadro 8.3 – Indicadores de monitorização e controlo para o FCD Dinâmica Territorial

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Métrica	Meta	Periodicidade	Fontes de Informação
Dinâmica territorial	✓ Ocupação e uso do solo	✓ Evolução da ocupação do solo. Solo rural vs. solo urbano	✓ Área de solo rural (ha) ✓ Área de solo urbano (ha) ✓ Novas construções em solo rural (n.º/m²)	– – –	✓ Bienal	✓ Câmara Municipal da Chamusca
		✓ Edificação e edificabilidade	✓ Área de RAN com autorização de utilização não agrícola (ha)	⇓		
		✓ Diversidade e pluriatividade da atividade agrícola	✓ Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas por dimensão económica e por tipo de atividade não lucrativa (n.º/%)	⇑		✓ INE ✓ PDR 2020
			✓ Pedidos de apoio à diversificação de atividades nas explorações agrícolas, tipologia e valor do investimento (n.º/M€)	⇑		
	✓ Valorização do território rural	✓ Oferta de produtos de base local/ofícios e microempresas	✓ Camas e dormidas em alojamentos no espaço rural (n.º)	⇑	✓ Bienal	✓ INE ✓ Turismo de Portugal ✓ Câmara da Chamusca ✓ PPART – Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais
		✓ Oferta de produtos de lazer e turísticos	✓ Registo de Artesão e de Unidades Produtivas Artesanais (n.º)	⇑		
		✓ Património arquitetónico, arqueológico e etnográfico	✓ Pedidos para reabilitação/recuperação de edifícios em zona histórica ou de património classificado (n.º)	⇑		

⇑Aumento

⇑Aumento sustentável

⇓Redução

+Variação positiva

-Não se associa métrica ao indicador

Quadro 8.4 – Indicadores de monitorização e controlo para o FCD riscos naturais, ambientais e tecnológicos

FCD	Critério de Avaliação	Indicador	Métrica	Meta	Periodicidade	Fontes de informação
✓	Suscetibilidade à ocorrência de incêndios e de cheias/inundações	✓ Áreas percorridas por incêndios	✓ N.º de ocorrências	↓	✓ Anual	✓ Autoridade Nacional de Proteção Civil
		✓ Ocorrências de cheias/inundações	✓ Área ardida (ha)	↓		✓ Autoridade Nacional Florestal/ICNF
			✓ N.º de ocorrências de cheias/inundações	↓		✓ Câmara Municipal da Chamusca
✓	Perigosidade dos processos tecnológicos (grau de risco dos estabelecimentos)	✓ Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção e Controlo de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas (Decreto-Lei n.º 254/2007) ou por outras normas aplicáveis ao fabrico e armazenagem de substâncias explosivas	✓ N.º de estabelecimentos	↓	✓ Anual	✓ Agência Portuguesa do Ambiente
		✓ Estabelecimentos enquadrados pelo regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)	✓ N.º de estabelecimentos	–	✓ Anual	✓ Agência Portuguesa do Ambiente
		✓ Transporte de mercadorias perigosas	✓ N.º de acidentes no transporte rodoviário de substâncias perigosas	–	✓ Anual	✓ Autoridade Nacional de Proteção Civil ✓ Instituto de Mobilidade e dos Transportes

↑Aumento

↗Aumento sustentável

↓Redução

+Variação positiva

-Não se associa métrica ao indicador

9. ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

Ao longo do procedimento de AAE está prevista a possibilidade da entidade responsável pela elaboração do Plano ou Programa conduzir um conjunto de consultas a entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE), às quais possa interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da Proposta, no caso vertente.

Assim, foram efetuadas consultas a um conjunto de entidades, já citadas em outras partes deste documento na 1.^a fase do processo de AAE, ou seja de definição dos Fatores Críticos para a Decisão.

Os pareceres emitidos na fase anterior referida deram lugar ao ajustamento da Proposta de Alteração bem como produziram recomendações que foram incorporadas no Relatório Ambiental Preliminar, da forma que foi já explicitada no ponto 4 do presente documento.

Em sequência, o Relatório Ambiental Preliminar e a Proposta de Alteração do PDM serão submetidos a apreciação pelas várias entidades interessadas, de que resultará a emissão de parecer e a eventual reformulação/ajustamento da Proposta de Alteração e do presente documento.

Após as eventuais reformulações, dar-se-á início ao período de discussão pública, procedimento que permite um envolvimento ativo e construtivo, com recolha de sugestões e observações, por parte de todos os intervenientes ou interessados, num quadro de transparência, responsabilização e cidadania.

Durante o prazo de consulta pública, a qual é anunciada com uma antecedência de 5 dias e tem a duração mínima de 22 dias, todos os elementos serão facultados através da Internet e estarão disponíveis para consulta na Câmara Municipal da Chamusca.

10. FASES SEGUINTE DO PROCESSO

Ponderados os resultados da consulta e discussão públicas será elaborada a versão final da Alteração do PDM e do Relatório Ambiental, a aprovar por deliberação da Assembleia Municipal.

Após a aprovação, será elaborada a Declaração Ambiental, nos termos do Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, onde será identificada a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados na Alteração do PDM. Serão também referidas as observações apresentadas na consulta pública e pelas entidades, bem como a forma como esses contributos foram ponderados na elaboração da proposta final, justificando-se eventuais situações em que não tenham sido acolhidos.

A declaração apresentará, ainda, as razões que fundamentaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação da Alteração do PDM.

A declaração ambiental será entregue à Agência Portuguesa do Ambiente a qual a disponibilizará para consulta, na sua página de Internet.

A Alteração do PDM e a Declaração Ambiental serão enviadas à DGT e disponibilizadas por meios eletrónicos pela CM Chamusca.

11. SÍNTESE CONCLUSIVA

O objetivo estratégico nuclear que rege a presente Proposta de Alteração do PDM da Chamusca prende-se com a necessidade de, em tempo útil, rever as regras de uso, ocupação e transformação do solo que vigoram atualmente num conjunto de parcelas do território da Chamusca, as quais se encontram desajustadas do modelo de desenvolvimento local.

A dinamização dos sectores de base da economia, com promoção do emprego, fixação da população, qualificação dos recursos humanos e geração de riqueza, no respeito pela conservação da natureza, biodiversidade e qualidade ambiental, é parte fundamental da estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho da Chamusca.

A avaliação ambiental efetuada, consubstanciada no presente documento, dá conta de que a pretensão potencia a concretização de um conjunto significativo de objetivos ambientais que decorrem diretamente do QRE da presente AAE e constitui uma oportunidade de desenvolvimento sustentável do concelho da Chamusca. Comporta, por outro lado, alguns riscos potenciais que importa tomar em consideração.

As oportunidades da Proposta de Alteração referem-se, fundamentalmente, à promoção do desenvolvimento económico do município através da dinamização dos sectores de base da economia: indústria, agricultura e silvicultura, no caso em análise, e, por esta via, concorrer para a melhoria da atratividade do território e dos indicadores sociais, como envelhecimento e perda populacionais.

Em particular, promove-se o desenvolvimento rural, através da aposta em atividades agropecuárias e agroindustriais e, marginalmente, em atividades não agrícolas ou silvícolas, mas com elas relacionadas, como o turismo no espaço rural.

Os riscos referem-se aos potenciais problemas de qualidade ambiental que poderão resultar da expansão das atividades agropecuárias e agroindustriais, em particular, as de regime intensivo.

Retém-se também que a Proposta de Alteração, em particular a que respeita à alteração do limite edificatório em espaço agrícola e espaço florestal, poderá concorrer para um aumento da impermeabilização e consumo de solo, artificialização do território e perda de identidade cultural.

ANEXOS

Anexo I
Instrumentos Estratégicos de Referência

1. Agenda 21 Regional – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo

A Estratégia de Desenvolvimento da Lezíria do Tejo assenta na grande ambição de “Fazer da Lezíria do Tejo, no horizonte de 2015, uma das regiões mais desenvolvidas do país, com níveis de crescimento elevados e recursos humanos altamente qualificados, com um sistema territorial e urbano coeso, moderno e competitivo, num quadro de acrescida qualidade ambiental e proteção social.”

Para esse efeito, a Agenda 21 da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo preconiza os seguintes **4 Eixos de Intervenção**:

- **Eixo 1 - Região com um Modelo Territorial Mais Coeso e Competitivo**, cujo objetivo central é o reforço e a consolidação de um sistema territorial e urbano coeso, moderno e competitivo, capaz de gerar novas configurações territoriais e de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, assumindo os princípios e dimensões do processo de desenvolvimento integrado e sustentado;
- **Eixo 2 - Região com Recursos Humanos mais Qualificados e Competências acrescidas**, que tem como objetivo central a melhoria da qualificação dos recursos humanos da Lezíria do Tejo, contribuindo para o desenvolvimento de competências acrescidas e, por conseguinte, para o fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade regional;
- **Eixo 3 - Região Mais Competitiva e Inovadora** dirigido ao reforço da competitividade da região, apostando na inovação em atividades económicas com maior potencial de desenvolvimento competitivo e na penetração dos novos fatores de competitividade no tecido empresarial e institucional;
- **Eixo 4 - Região com Melhor Qualidade Ambiental** que prossegue a melhoria da qualidade ambiental do conjunto dos onze concelhos que formam a Lezíria do Tejo, através da prossecução de um modelo de desenvolvimento que integre a proteção do ambiente numa região dotada de equipamentos e infraestruturas que assegurem uma adequada disponibilidade de serviços ambientais, numa sociedade que assegura cabalmente o desempenho das tarefas de defesa e promoção do ambiente, e em que a preservação e valorização dos recursos naturais e do património natural sejam assumidas como vetores essenciais da qualidade de vida das populações e da promoção do crescimento, quer ao nível da atividade agrícola quer ao nível do sector do turismo.

Os Eixos Estratégicos, acima referidos, desenvolvem-se de acordo com as seguintes Linhas de Intervenção:

- **Eixo 1 - Região com um Modelo Territorial Mais Coeso e Competitivo**
 - Rede polinucleada de equipamentos coletivos
 - Regeneração, revitalização e competitividade urbana
 - Acessibilidade e mobilidade multimodais

- **Eixo 2 - Região com Recursos Humanos mais Qualificados e Competências acrescidas**
 - Valorização e qualificação de recursos humanos
 - Rede de equipamentos de ensino e formação estruturantes
 - Rede de equipamentos locais e concelhios de ensino
- **Eixo 3 - Região Mais Competitiva e Inovadora**
 - Densificação de fileiras económicas e incorporação de fatores dinâmicos de competitividade nas empresas
 - Inovação e renovação do modelo territorial e do padrão de especialização
 - Rede e infraestruturas de suporte à competitividade
 - Redução dos custos públicos de contexto
- **Eixo 4 - Região com Melhor Qualidade Ambiental**
 - Desenvolvimento dissociado do consumo de recursos naturais e impactes ambientais nocivos
 - Recursos hídricos superficiais, corredores fluviais, prevenção de riscos naturais e património natural
 - Sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água e redes de drenagem de águas residuais
 - Política de resíduos baseada na redução, reutilização e reciclagem
 - Mobilidade sustentável

2. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

Os objetivos definidos na RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável são:

- Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento». Este objetivo incorpora dois níveis cruciais: acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação; melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento. Apostar-se, assim, no desenvolvimento do capital humano nacional, que integra a generalização da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade dos ensinos básico, secundário e superior, a aprendizagem ao longo da vida, a criação de novas competências e o reforço da investigação e desenvolvimento de base científica e tecnológica, e, ainda, o incentivo ao desenvolvimento cultural e artístico. Este esforço integrado na promoção do capital humano terá repercussões no potencial de inovação das empresas e da sociedade, bem como num cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do ambiente, num contexto de crescente complexidade nacional e internacional, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a «sociedade do conhecimento»;

- Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética. Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transacionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de atividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas;
- Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objetivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a proteção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, de modo que o património natural seja evidenciado como fator de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído;
- Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social. Este objetivo estratégico visa a garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social. Visa-se, também, fazer face a novos riscos de exclusão, em particular resultantes da difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, que deve ser acompanhada por medidas ativas de combate à infoexclusão;
- Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território. O que se pretende é mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos diretos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infraestruturas de acesso eficaz às redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional. Preconiza-se, também, o valorizar do papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atrativas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território;
- Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional. Este objetivo reafirma o compromisso de Portugal com o projeto europeu e compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, envolvendo o aprofundamento do nosso relacionamento externo com algumas regiões de interesse prioritário para a afirmação de Portugal no Mundo. Essa cooperação visa contribuir de forma empenhada para o desenvolvimento económico e social global, para a consolidação e aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, para a luta contra a pobreza e, em geral, para a concretização dos objetivos de desenvolvimento do Milénio, bem como para um ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta e, em particular, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas;
- Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada. Assume-se o propósito estratégico de promover a modernização da administração pública como elemento fundamental para uma governação qualificada e para uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos. Pretende-se, assim, reforçar o contributo da Administração para

o desenvolvimento do País, adaptando-a nas suas funções e modelos organizacionais e melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, para uma sociedade mais justa e com uma melhor regulação, bem sustentada num sistema de justiça mais eficaz. Legislar melhor, simplificar os procedimentos administrativos, valorizar as tecnologias da informação e comunicação, adotar boas práticas no domínio da sustentabilidade são linhas de força essenciais no necessário processo de modernização da administração pública.

3. Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)

A Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020) define uma agenda para a competitividade, para o crescimento e para a independência energética e financeira do País e estabelece como principais metas a redução da dependência energética face ao exterior para 74% em 2020 e a produção, nesta data, de 31% da energia final a partir de recursos endógenos.

A ENE 2020 assenta sobre cinco eixos principais que nela se desenvolvem e detalham, traduzindo uma visão, um conjunto focado de prioridades e um enunciado de medidas que as permitem concretizar.

- **Eixo 1** – A ENE 2020 é uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira que dinamiza os diferentes sectores da economia criando valor e emprego através da aposta em projetos inovadores nas áreas da eficiência energética, das energias renováveis, incluindo a produção descentralizada e da mobilidade elétrica, num quadro de equilíbrio territorial; promovendo a concorrência nos mercados através da consolidação do mercado ibérico de eletricidade (MIBEL), da criação do mercado ibérico do gás natural (MIBGAS) e da regulamentação do sistema petrolífero nacional e contribuindo para a maior independência energética e financeira do nosso país face a choques energéticos externos.
- **Eixo 2** – A ENE 2020 aposta nas energias renováveis promovendo o desenvolvimento de uma fileira industrial indutora do crescimento económico e do emprego, que permita atingir as metas nacionais de produção de energia renovável, intensificando a diversificação das energias renováveis no conjunto das fontes de energias que abastecem o País (mix energético). Desta forma, é possível reduzir a nossa dependência externa e aumentando a segurança de abastecimento.
- **Eixo 3** – A ENE 2020 promove a eficiência energética consolidando o objetivo de redução de 20 % do consumo de energia final em 2020, através da aposta em medidas comportamentais e fiscais, assim como em projetos inovadores, designadamente os veículos elétricos e as redes inteligentes, a produção descentralizada de base renovável e a otimização dos modelos de iluminação pública e de gestão energética dos edifícios públicos, residenciais e de serviços.
- **Eixo 4** – A ENE 2020 tem por objetivo garantir a segurança de abastecimento através da manutenção da política de diversificação do mix energético, do ponto de vista das fontes e das origens do abastecimento, e do reforço das infra-estruturas de transporte e de armazenamento que permitam a consolidação do mercado ibérico em consonância com as orientações da política energética europeia.

- **Eixo 5** – A ENE 2020 promove a sustentabilidade económica e ambiental como condição fundamental para o sucesso da política energética, recorrendo a instrumentos da política fiscal, parte das verbas geradas no sector da energia pelo comércio de licenças de emissão de CO₂ e a outras receitas geradas pelo sector das renováveis, para a criação de um fundo de equilíbrio tarifário que permita continuar o processo de crescimento das energias renováveis.

4. Estratégia Nacional para a Floresta (ENF 2020)

A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), documento que orienta os programas e planos de ação para o desenvolvimento do sector florestal a nível nacional, foi publicada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006 - Diário da República n.º 179, Série I de 2006-09-15.

Em resultado do processo de avaliação a que foi submetida, foi considerado pertinente proceder à sua atualização, de modo a conferir uma maior aderência e coerência àquele instrumento, tendo também em consideração as recomendações da Assembleia da República ao Governo.

Nesta conformidade, a ENF foi recentemente atualizada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015 - *Diário da República n.º 24/2015, 1º Suplemento, Série I de 24 de Setembro*.

No documento de atualização, são objetivos estratégicos da ENF os seguintes:

A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos

Da análise das componentes do valor total por tipo de funções, é clara a enorme importância das externalidades negativas que, na média dos últimos anos, reduzem em quase um terço o total da riqueza produzida pelas florestas. Desta análise decorre a conclusão de que o desafio principal no sector florestal é o da redução dos riscos. Esta redução de riscos reais é em si extremamente importante, mas essa redução é ainda benéfica pela redução da perceção dos riscos pelos agentes do sector. Por isso, a minimização dos riscos associados aos incêndios e a agentes biológicos bióticos nocivos deverá continuar a ser o primeiro passo para criar a confiança dos agentes no sector e proporcionar condições para o investimento; 4.2. Objetivos Estratégicos

Os objetivos específicos que integram esta componente estratégica agrupam-se em 3 áreas temáticas: a defesa da floresta contra incêndios, a proteção contra agentes bióticos e a reabilitação dos ecossistemas afetados.

Defesa da floresta contra incêndios

A operacionalização da estratégia, no que respeita à defesa da floresta contra incêndios desenvolve-se de acordo com os seguintes objetivos específicos:

- A.1 Aumento da resistência e resiliência do território aos incêndios florestais
- A.2 Redução da incidência dos incêndios
- A.3 Garantir o cumprimento do PNDFCI

Proteção Contra agentes bióticos nocivos

A operacionalização da estratégia, no que respeita à proteção da floresta contra agentes bióticos, desenvolve-se de acordo com os seguintes objetivos específicos:

- . A.4 Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos
- . A.5 Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas
- . A.6 Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos
- . A.7 Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos
- . A.8 Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas

Recuperação e Reabilitação de Ecossistemas Florestais Afetados

- . A.9 Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados

B. Especialização do território

Da análise por tipo de floresta e por espécie, a matriz permite identificar claramente alguns tipos de floresta associados a uma função dominante de produção lenhosa (pinheiro bravo, outras resinosas, eucalipto), enquanto outros tipos de floresta demonstram uma vocação mais multifuncional, em que frutos e sementes, pastoreio e caça são componentes importantes da sua sustentabilidade económica (sobreiro, azinheira, pinheiro manso, castanheiro, medronheiro, alfarrobeira). Tipos de floresta como os carvalhais e outras folhosas, para além de interesse para a produção lenhosa, destacam-se na conservação do regime hídrico, da pesca e da biodiversidade. Uma nova especialização do território, que tenha em conta as previsíveis alterações climáticas e outras alterações de contexto, permitirá o mais eficiente aproveitamento das suas vocações naturais. O assegurar das funções de proteção da orla costeira e do recreio, nomeadamente em matas nacionais do litoral, da proteção do regime hídrico, da conservação do solo e da água nas zonas suscetíveis à desertificação, ou de conservação da biodiversidade nas áreas da rede Natura, são todas soluções de maior especialização do território e de valorização ambiental dos espaços florestais propostas nesta Estratégia.

O reconhecimento das valências que poderão ser asseguradas nas áreas florestais não arborizadas ou de matos, constitui um desafio que também deve merecer reflexão. Em contraponto à sua importância física, às suas características biofísicas e respetiva inscrição territorial, que lhes conferem uma assinatura multifuncional intrínseca, verifica-se ainda um défice da sua valorização funcional que obstam ao aprimoramento da sua gestão. Para estes territórios urge concentrar esforços na obtenção de novos conhecimentos, visando consagrar novas funções que, valorizando o seu potencial alternativo, densifiquem a sua utilização.

O objetivo estratégico operacionalização da especialização do território é concretizado através dos seguintes objetivos específicos:

- . B.1 Planear a abordagem regional
- . B.2 Conservar o solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação

- . B.3 Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade
- . B.4 Promover a proteção das áreas costeiras
- . B.5 Conservar o regime hídrico
- . B.6 Adequar as espécies às características da estação
- . B.7 Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas
- . B.8 Promover a resiliência da floresta

C. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos

O valor da riqueza produzida pela floresta depende não só da extensão da área florestal, mas também da sua produtividade física. Estas duas componentes apontam para diferentes linhas estratégicas de atuação, mas complementares no objetivo global para o sector florestal nacional. A componente, que se pretende central no quadro desta Estratégia, refere-se à melhoria da produtividade, que só pode ser obtida por uma gestão profissional e ativa dos povoamentos, maximizando o aproveitamento das potencialidades das estações, recorrendo, por exemplo, a plantas melhoradas e a soluções técnicas mais exigentes e pela consolidação ou reconversão da floresta já instalada, no quadro de uma nova especialização do território, bem como à recuperação dos sistemas florestais degradados ou sublotados. Que deverá ocorrer a par do aumento das áreas pelo fomento da arborização, a principal estratégia no século XX, e que se pretende que represente nesta estratégia um papel complementar, nomeadamente tendo em conta as áreas disponíveis para o crescimento das áreas florestadas.

A operacionalização do objetivo estratégico “Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos” é feita através dos seguintes objetivos específicos:

- . C1 Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos
- . C2 Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais
- . C3 Promover a gestão florestal ativa e profissional

D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos

A matriz revela a importância da manutenção de adequados valores unitários de rendimento dos produtos para a geração de riqueza e como garantia da sua competitividade e da viabilização económica da gestão florestal. Assim, a redução de riscos de mercado, preparando as empresas para os desafios inerentes, e o aumento do valor dos produtos constituem componentes importantes desta Estratégia. Bem como a certificação da gestão que deve ser incentivada de modo a criar melhores condições de mercado aos produtos originários das fileiras florestais.

A operacionalização da estratégia com vista à internacionalização e aumento do valor dos produtos visará os seguintes objetivos específicos:

- . D.1 Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados
- . D.2 Reforçar a orientação para o mercado
- . D.3 Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras

- . D.4 Modernizar e capacitar as empresas florestais
- . D.5 Desenvolver e promover novos produtos e mercado

E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector

Os riscos percebidos no sector têm também a sua origem noutras mudanças do contexto onde este opera: multiplicação de atores sociais; restrições de natureza administrativa à atividade de exploração lenhosa; despovoamento do espaço rural que dificulta o mercado de trabalho e aumenta o risco; e um número crescente de compromissos e acordos internacionais que condicionam o campo de ação no sector. Por isso, são necessárias ações estratégicas de carácter transversal que conduzam à melhoria geral da eficiência e da competitividade do sector, nas quais assume particular relevância a criação e concentração do conhecimento e competência sobre as principais fileiras de base florestal

O aumento de escala pela promoção e incentivo às formas de organização associativa que promovam a gestão profissional agrupada, é um elemento fulcral para o aumento geral da eficiência e competitividade do sector, onde as ZIF têm um papel fundamental.

A operacionalização do objetivo estratégico de melhoria geral da competitividade do sector é feita, em linha com o acima exposto, através dos seguintes objetivos específicos:

- . E.1 Recolher e processar informação do sector de forma sistemática
- . E.2 Promover o Inventário da propriedade florestal
- . E.3 Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do sector
- . E.4 Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais
- . E.5 Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais
- . E.6 Qualificar os agentes do sector
- . E.7 Fomentar a cooperação internacional

F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política

Do diagnóstico feito concluiu-se que os riscos do sector também advêm de políticas florestais menos adequadas, de multiplicidade de instrumentos legais e regulamentares, de figuras de planeamento, e de organizações intervenientes no sector e instrumentos de apoio financeiro de complexidade crescente. Por isso, a última componente da Estratégia centra-se na racionalização e simplificação dos instrumentos de política, como fator de grande importância para facilitar a ação dos agentes privados do sector e da administração e proporcionar condições para o investimento, reduzindo custos de contexto.

Estas linhas estratégicas pretendem, a curto prazo, diminuir os riscos e, a médio prazo, melhorar a competitividade (qualidade e eficiência) do sector em áreas e domínios específicos que contribuam para garantir a sua sustentabilidade e para aumentar o seu valor económico total. Para cada objetivo estratégico serão definidos os objetivos específicos e operacionais, numa Matriz de Operacionalização da Estratégia que consta do ponto 4.3.

A operacionalização deste objetivo estratégico passa pelos seguintes objetivos específicos:

- . F.1 Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas
- . F.2 Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal
- . F.3 Racionalizar e simplificar o quadro legislativo
- . F.4 Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal

5. Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais

Para delinear a estratégia para a resolução dos problemas ambientais associados aos sectores abrangidos é fundamental definir os Objetivos, as Linhas de Orientação e o Quadro de Intervenção que deverão ser prosseguidos até ao final do período de implementação da ENEAPAI.

Para a definição dos objetivos estratégicos e as respetivas Linhas de Orientação foram tidos em consideração diversos aspetos com destaque para:

- As características de cada um dos sectores abrangidos e a sua situação atual, em particular na componente ambiental;
- As perspetivas de evolução, em Portugal Continental, de cada uma das atividades económicas;
- Os objetivos estratégicos definidos em diversos instrumentos de política de ambiente e de ordenamento do território, designadamente o PNPOT, a ENDS e a Lei da Água.

Pretende-se também que a ENEAPAI espelhe novas formas de intervenção que permitam encontrar soluções técnica, económica e ambientalmente sustentáveis e que contribuam para a coesão e a competitividade territorial e sectorial, abrindo novas oportunidades de desenvolvimento.

Assim, são definidos os seguintes Objetivos Estratégicos e as Linhas de Orientação.

5.1 Cumprimento do Normativo Ambiental e dos Objetivos da Política de Ambiente e do Ordenamento do Território

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- . Cumprimento do Normativo Legal
- . Abordagem Territorial e Sectorial Integrada

Nos últimos anos tem vindo a assistir-se a uma intensificação da complexidade, da abrangência e de novas abordagens do normativo ambiental. Numa primeira fase, de uma abordagem centrada nas várias componentes ambientais, passou-se para uma perspetiva e proteção integrada dessas componentes (p.ex. Diretiva Quadro da Água). Mais recentemente, o normativo ambiental passou a refletir outros fatores, nomeadamente os relativos ao carácter global dos problemas (p.ex. Protocolo de Quioto).

O quadro atual demonstra evidentes deficiências ao nível da implementação da legislação e da regulação ambiental, agravadas pelo facto de se reconhecerem fragilidades nos mecanismos e ações de fiscalização.

Surge assim como determinante que sejam dados passos na resolução de problemas ambientais persistentes, evitando continuadas situações de incumprimento do normativo legal existente, quer nacional quer comunitário.

A evolução a nível das exigências ambientais conduz à necessidade de se rever o balanço dos fluxos de materiais na interface entre as atividades económicas e o ambiente, de forma extremamente cuidadosa e inovadora, uma vez que tudo aquilo que não puder ser valorizado vai refletir-se na qualidade dos diversos meios recetores, implicando um aumento de custos para a unidade produtiva e para a sociedade.

Em particular na política da água, aponta-se para o fim da situação de incumprimento da Diretiva-Quadro da Água, mediante a recente aprovação da Lei da Água, que consagra o princípio da gestão por bacia hidrográfica, no âmbito de uma reforma do sistema institucional de gestão e do regime de utilização dos recursos hídricos.

Em termos de Ordenamento do Território, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território constitui o quadro de referência para o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos de planeamento, que intervêm em domínios temáticos e geográficos mais restritos. Neste sentido, a ENEAPAI segue e desenvolve as orientações gerais, sendo um instrumento que contribuirá para a execução do Programa de Ação do PNPOT, nas seguintes áreas de intervenção:

PNPOT*	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1	<i>Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património</i>
Objetivo Específico 1.1	<i>Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais</i>
Medidas Prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> Realizar o levantamento do potencial efetivo e da taxa de renovação natural dos recursos renováveis, incluindo a conclusão do levantamento do potencial renovável e das pressões a que estão sujeitos (2007-2012). Completar e atualizar a cobertura do território continental, com as cartas de solos à escala adequada e com o levantamento do património geológico e mineiro, incluindo a identificação e classificação dos respetivos elementos notáveis (2007-2013). Avaliar e monitorizar a evolução do estado e qualidade dos solos, numa perspetiva preventiva e de mitigação das ameaças à sua degradação (2007-2013). Estabelecer e implementar um programa de monitorização do estado químico e ecológico das águas de superfície e do estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, incluindo as massas de água classificadas como zonas protegidas, visando o cumprimento dos objetivos ambientais definidos na Lei da Água (2007-2013).
Objetivo Específico 1.3	<i>Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo</i>
Medidas Prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> Implementar as orientações da Política Agrícola Comum de Incentivo às boas práticas de conservação do solo, através do cumprimento das regras de condicionalidade ambiental na execução dos regimes de ajudas diretas e do pagamento único e da aplicação do regulamento comunitário de apoio ao

	desenvolvimento rural (2007-2013).
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas, com carácter obrigatório nas zonas vulneráveis à poluição de nitratos de origem agrícola e do Código de Boas Práticas Florestais, em articulação com outras medidas de conservação do solo e de utilização sustentável dos pesticidas (2007-2013)
Objetivo Específico 1.5	<i>Executar a política de gestão integrada da água</i>
Medidas Prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> Implementar no território continental as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e articular o exercício das suas competências com as das CCDR (2007-2008). Implementar e acompanhar o Plano Nacional da Água e os planos Regionais da Água da Madeira e dos Açores e assegurar a sua revisão até 2010 (2007-2010) Elaborar e implementar os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH), os Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Lagoas (POBHL) na Região Autónoma dos Açores e os Plano de Ordenamento equivalentes na Região Autónoma da Madeira, assegurando a sua articulação com os outros instrumentos de ordenamento do território (2007-2013).
Objetivo Específico 1.9	<i>Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas</i>
Medidas Prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> Promover a investigação científica e tecnológica que potencie a utilização sustentada dos recursos energéticos renováveis (2007-2013). Dinamizar uma maior participação das fontes renováveis de energia na produção de eletricidade e promover a utilização de tecnologias de captura e fixação de CO₂, de molde a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) (2007-2013). Implementar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, nomeadamente através da integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial (2007-2013).

* Cf. Proposta de Lei apresentada à Assembleia da República, Jan. 2007

PNPOT*	
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3	<i>Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais</i>
Objetivo Específico 3.1	<i>Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas</i>
Medidas Prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> Racionalizar e qualificar os espaços para implantação e desenvolvimento de atividades económicas, nomeadamente industriais e garantir o célere licenciamento e implementação das atividades (2007-2013)
Objetivo Específico 3.4	<i>Promover um desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas</i>
Medidas Prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> Executar o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para 2007-2013 (PEN 2007-2013) e os correspondentes Programas de Desenvolvimento Rural para o Continente e as Regiões Autónomas, promovendo a competitividade dos sectores agrícola e florestal, a gestão sustentável dos espaços rurais e a dinamização e diversificação económica e social das zonas rurais, contribuindo para reforçar a coesão social e territorial (2007-2013)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4	<i>Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social</i>
Objetivo Específico 4.7	<i>Desenvolver os serviços de abastecimento público de água e de recolha, tratamento e reutilização de águas residuais e de resíduos, estruturando a gestão na ótica da co-responsabilidade social e melhorando os níveis e a qualidade de atendimento</i>
Medidas Prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> • Executar o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2001-2013), no território continental, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos de abastecimento de água para consumo humano e de tratamento de águas residuais urbanas, através da realização dos investimentos necessários para servir a generalidade da população portuguesa com elevada qualidade e a preços acessíveis (2007-2013)

* Cf. Proposta de Lei apresentada à Assembleia da República, Jan. 2007

5.2 Sustentabilidade dos Modelos de Gestão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none"> . Modelos de Gestão Eficientes e Sustentáveis . Aplicar o Princípio do Utilizador-Pagador e Garantir um Quadro Tarifário Sustentável para os Escores Económicos
-------------------------------	--

Em alguns sectores e regiões do País persistem problemas ambientais, apesar dos investimentos efetuados ao longo das últimas décadas. Consta-se que alguns desses problemas decorrem de opções por modelos de gestão desadequados face à realidade dos sectores e das regiões.

Por outro lado, a evolução técnica e ambiental acentua a necessidade de um nível de exigência crescente em termos de capacidades específicas (técnicas, de gestão, etc.) por parte das entidades que venham a coordenar os respetivos projetos e que estejam envolvidas na implementação das soluções de valorização e tratamento.

Deste modo, os modelos de gestão que se vierem a estabelecer constituem um fator decisivo para o sucesso de soluções integradas e para a garantia da sua sustentabilidade.

É, portanto, determinante a constituição de um modelo institucional que seja aceite por todos os intervenientes no processo e que se traduza, ao longo do tempo de vida útil de cada projeto, numa eficiente, otimizada e sustentável gestão da solução global de valorização e tratamento.

Assim, surge como natural a prioridade à adoção de soluções institucionais do tipo empresarial, no sentido de otimizar os investimentos necessários e de garantir a sua sustentabilidade, através da exploração tecnicamente qualificada e em condições de gerar as receitas necessárias para garantir a recuperação integral dos custos incorridos. Em particular deverá privilegiar-se sistemas de organização, através de sociedades gestoras de valorização e tratamento de efluentes agropecuários e/ou agroindustriais, contemplando eventuais fórmulas de participação ou parceria do Estado ou do Sector Público Empresarial com o Sector Privado, podendo integrar entidades gestoras de sistemas supramunicipais ou municipais de saneamento de águas residuais.

5.3 Gestão Eficiente dos Recursos Financeiros

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none"> . Utilizar Adequadamente os Instrumentos de Co-financiamento, designadamente o QREN . Potenciar as Soluções Coletivas e a Utilização de Infraestruturas já Existentes
-------------------------------	--

Uma gestão eficiente dos recurso financeiros disponíveis (próprios ou alheios) obriga à demonstração de uma otimização dos investimentos na perspetiva do interesse público, que potenciem a adoção de soluções coletivas e a utilização de infraestruturas já existentes garantindo níveis de integração que conduzam à geração de economias de escala e de gama, no investimento e na exploração e, como tal, ofereçam garantias de sustentabilidade. A garantia da sustentabilidade de cada projeto passará também pela credibilidade dos parceiros envolvidos no modelo de gestão associado.

A definição dos níveis de cofinanciamento (por ex.: a fundo perdido ou reembolsável) tem por objetivo permitir que se atinjam tarifas de utilização que não coloquem em risco a competitividade do sector económico. Este tipo de incentivo deve ser complementar de outros tipos de financiamento servindo de alavanca para a sustentabilidade dos projetos a desenvolver que, no entanto, deverão ter capacidade de gerar as necessárias receitas próprias.

O modelo de financiamento associado a cada projeto/sector deve privilegiar formas de financiamento ao investimento inicial ou ao longo do tempo de exploração, conforme melhor contribua para a sustentabilidade e a eficiência do projeto.

6. Plano de Gestão de Região Hidrográfica 5 - Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo

A Lei da Água (LA - Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água (DQA - Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro), que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Tem por objetivo proteger as massas de água superficiais interiores, costeiras e de transição, e subterrâneas.

A DQA/LA estipula como objetivos ambientais o bom estado, ou o bom potencial, das massas de água, que devem ser atingidos até 2015, através da aplicação dos programas de medidas especificados nos planos de gestão das regiões hidrográficas.

A região hidrográfica, constituída por uma ou mais bacias hidrográficas, é a unidade territorial de gestão da água.

A competência para elaboração dos planos de gestão de região hidrográfica, enquanto instrumentos de planeamento dos recursos hídricos que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas numa região hidrográfica, está cometida à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Os PGRH estão sujeitos ao parecer do Conselho de Região Hidrográfica e à aprovação da Autoridade Nacional da Água (ANA, I.P.)

O planeamento das águas visa fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as suas disponibilidades de forma a:

- Garantir a sua utilização sustentável, assegurando a satisfação das necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras;
- Proporcionar critérios de afetação aos vários tipos de usos pretendidos, tendo em conta o valor económico de cada um deles, bem como assegurar a harmonização da gestão das águas com o desenvolvimento regional e as políticas sectoriais, os direitos individuais e os interesses locais;
- Fixar as normas de qualidade ambiental e os critérios relativos à avaliação do estado das águas.

Os objetivos estratégicos do PGRH Tejo, por área temática, estão indicados no Quadro seguinte.

Para além dos objetivos estratégicos, foram definidos objetivos ambientais a serem atingidos até 2015, de acordo com o Artigo 4.º da DQA e os Artigos 45.º a 47.º da Lei da Água.

Para as águas superficiais são:

- Evitar a deterioração do estado de todas as MA;
- Alcançar o bom estado ecológico e bom estado químico de todas as MA, com exceção das MA artificiais e fortemente modificadas;
- Alcançar o bom potencial ecológico e o bom estado químico de águas artificiais e fortemente modificadas;
- Reduzir progressivamente a poluição provocada por substâncias prioritárias e outras substâncias perigosas e eliminar as emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias perigosas.

e para as águas subterrâneas:

- Evitar ou limitar a descarga de poluentes e evitar a deterioração do estado de todas as MA;
- Assegurar a proteção, melhoria e recuperação de todas as MA subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as captações e as recargas dessas águas;
- Inverter quaisquer tendências significativas persistentes para o aumento da concentração de poluentes que resulte da atividade humana, com vista a reduzir gradualmente os seus níveis de poluição.

Designam-se por Zonas Protegidas no âmbito da DQA/LA, as zonas que exigem proteção especial ao abrigo da legislação comunitária no que diz respeito à proteção das águas superficiais e subterrâneas ou à conservação dos habitats e das espécies diretamente dependentes da água. De acordo com a LA, constituem zonas protegidas:

1. "As zonas designadas por normativo próprio para a captação de água destinada ao consumo humano ou a proteção de espécies aquáticas de interesse económico;

2. As massas de água designadas como águas de recreio, incluindo zonas designadas como zonas balneares;
3. As zonas sensíveis em termos de nutrientes, incluindo as zonas vulneráveis e as zonas designadas como zonas sensíveis;
4. As zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e da flora selvagens e a conservação das aves selvagens em que a manutenção ou o melhoramento do estado da água seja um dos fatores importantes para a sua conservação, incluindo os sítios relevantes da rede Natura 2000;
5. As zonas de infiltração máxima”.

Para as Zonas Protegidas, foi estabelecido, como objetivo ambiental, assegurar o cumprimento de normas e objetivos que justificaram a criação dessas zonas protegidas, observando-se integralmente as disposições legais estabelecidas com essa finalidade e que garantem o controlo da poluição.

Os objetivos ambientais para as águas superficiais, para as áreas subterrâneas e para as zonas protegidas serão alcançados mediante a aplicação de programas de medidas, especificados no PGRH Tejo, referentes ao bom estado e ao bom potencial das MA, o mais tardar até 2015, sem prejuízo de possíveis prorrogações e derrogações.

Atendendo à classificação dos estados das MA efetuado no âmbito do PGRH Tejo, e por forma a atingir os objetivos ambientais dispostos na Lei da Água e na DQA, o PGRH Tejo define um conjunto de medidas para as MA, tendo em conta o prazo em que os objetivos ambientais deverão ser atingidos:

- Massas de água em que o estado bom deve ser mantido ou melhorado até 2015;
- Massas de água em que o estado bom deverá ser atingido até 2015;
- Massas de água em que se prevê que o estado bom não seja atingido até 2015;
- Massas de água em que se prevê que o estado bom seja atingido até 2021;
- Massas de água em que se prevê que o estado bom seja atingido até 2027;
- Massas de água em que se prevê que o estado bom seja atingido depois de 2027, sendo apresentada a justificação da adoção de objetivos menos exigentes, a atingir em 2015.

Nesse sentido, nos n.º 4 a 7 do Artigo 4.º da DQA e nos Artigos 50.º e 51.º da Lei da Água, são estabelecidas um conjunto de possíveis prorrogações/derrogações dos objetivos ambientais.

Águas Superficiais	Águas Subterrâneas
Área Temática 1 – Quadro Institucional e Normativo	
AT1.SUP- Promover a racionalização, otimização e harmonização da intervenção do quadro institucional em matéria de recursos hídricos da região, criando condições para o cumprimento integral do normativo nacional e comunitário, para uma repartição de esforços entre os diferentes sectores utilizadores.	
Área Temática 2 – Quantidade da Água	
AT2.SUP - Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas.	AT2.SUB - Alcançar o bom estado das águas subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as extracções e as recargas das massas de águas.
Área Temática 3 – Gestão de Riscos e Valorização do Domínio Hídrico	
AT3.SUP - Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicas, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental.	AT3.SUB - Aperfeiçoar processos de análise e de gestão do risco, através do desenvolvimento de modelos numéricos que permitam uma melhor gestão do risco, em especial em zonas de influência de captações para abastecimento público e em áreas de influência a jusante das lixeiras.
Área Temática 4 – Qualidade da Água	
AT4.SUP - Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e da redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os diferentes usos.	AT4.SUB - Alcançar o bom estado das águas subterrâneas, para o que se deve assegurar a proteção, melhoria e recuperação de todas as massas de água subterrâneas e inverter quaisquer tendências significativas persistentes para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da atividade humana, com vista a reduzir gradualmente os seus níveis de poluição.
Área Temática 5 – Monitorização, Investigação e Conhecimento	
AT5.SUP - Promover o aumento do conhecimento sobre os recursos hídricos da região, suportado pela monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água e na investigação aplicada às matérias relacionadas.	AT5.SUB - Alteração de todas as redes de monitorização com exceção de Escusa e a realização de um conjunto de Projetos de investigação (Maciço Calcário Estremenho, Ota-Alenquer, Penela-Tomar, Estremoz – Cano, Penela-Tomar, Sicó-Alvaiázere, Ourém, Monforte - Alter do Chão, Bacia Tejo-Sado Margem Esquerda, Bacia Tejo-Sado Margem Direita e Aluviões do Tejo) tendo em vista o aumento do conhecimento disponível, visando a continuada proteção dos recursos hídricos.
Área Temática 6 – Comunicação e Governança	
AT6.SUP - Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no sector da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região.	
Área Temática 7 – Quadro Económico e Financeiro	
AT7.SUP - Promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos.	

Para além dos objetivos ambientais para as águas superficiais, águas subterrâneas e zonas protegidas dispostos no Artigo 4.º da DQA e os Artigos 45.º a 47.º da Lei da Água, no âmbito do projeto do PGRH Tejo, são, ainda, estabelecidos outros objetivos ambientais, designadamente:

- Mitigar os efeitos das inundações e das secas;
- Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade;
- Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais e assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho;
- Aplicação da abordagem combinada;
- Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas – Convenção de Albufeira.

7. Plano Diretor Municipal da Chamusca (proposta de revisão)

As opções estratégicas da proposta de revisão do PDM da Chamusca surgem enquadradas por um conjunto de instrumentos e orientações que, no contexto regional, tomam em conta os instrumentos de gestão aplicáveis, designadamente os anteriormente referidos PNPOT – Plano Nacional de Política do Ordenamento do Território e PROTOVT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.

No contexto local, o objetivo principal consiste na elaboração e concretização do Programa de Intervenção “**Chamusca, um concelho onde o progresso é solidário**”, que será constituído pelas medidas de ação a elaborar em fases seguintes da revisão do PDM, de acordo com um conjunto de objetivos específicos e orientações, designadamente:

- Criar entidades gestoras para o desenvolvimento económico e empresarial;
- Integrar todas as ações potencialmente geradoras de crescimento económico e emprego;
- Proporcionar a existência de receitas extraordinárias para o Município, objetivando o reinvestimento público;
- Desenvolver padrões de planeamento face ao crescimento populacional (política de concentração - nas áreas de crescimento populacional e política de proximidade nas áreas de decréscimo populacional);
- Desenvolver padrões de inclusão social sustentáveis / repartição de custos e benefícios;
- Promover métodos de combate ao analfabetismo e iliteracia existentes;
- Desenvolver padrões de formação socioeducativa, cultural, ambiental e desportiva;
- Proporcionar a criação de um pólo Científico-Tecnológico;
- Criar uma bolsa de oportunidades para emprego e empreendedorismo;
- Proporcionar a qualificação digital do Concelho;
- Proporcionar a ecoeficiência do Concelho.